Moçambique

Em 2013 foram mínimos os progressos de Moçambique no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Ministério do Trabalho concluiu a versão preliminar do Plano Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil (2013-2019), a qual foi apresentada conjuntamente com os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa na Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em 2013. Os agentes policiais continuam a receber formação em matéria de protecção e prevenção de tráfico infantil e de seres humanos (TSH) e outros programas sociais. Contudo, em Moçambique, o trabalho infantil no sector agrícola e serviço doméstico continua a ser uma realidade. Persistem várias lacunas no quadro jurídico de Moçambique no tocante à prevenção do trabalho infantil e suas respectivas piores formas. Não existe uma relação de tarefas perigosas proibidas às crianças e o ensino é apenas obrigatório até aos 13 anos de idade. Os actuais programas de protecção social concentram-se na sensibilização sobre o trabalho infantil, incluindo o trabalho de rua, mas não abordam outros sectores em que as crianças, especialmente as migrantes, são usadas no trabalho perigoso.

Com base neste relatório, são identificadas e sugeridas iniciativas passíveis de promover a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Moçambique:

Área	Iniciativa sugerida	Ano(s) sugerido
Leis	Emendar a legislação laboral de forma a identificar actividades perigosas proibidas às crianças.	2009 – 2013
	Garantir que as leis e regulamentos laborais pertinentes às crianças se apliquem, de forma semelhante, às crianças que trabalham tanto no sector formal como informal.	2013
	Elevar a idade do ensino obrigatório, tornando-a compatível com a idade mínima para o emprego.	2009 – 2013
	Aprovar a versão preliminar do Plano de Acção sobre TSH.	2009 – 2013
	Zelar para que se proíba, em quaisquer circunstâncias, o recrutamento militar de crianças de idade inferior a 18 anos.	2010 – 2013

Área	Iniciativa sugerida	Ano(s) sugerido
Aplicação	Afectar recursos apropriados para o MITRAB de forma a possibilitar a formação dos seus funcionários na realização de inspecções.	2009 – 2013
	Formar a polícia em técnicas de denúncia de casos de exploração sexual para garantir que os violadores sejam processados.	2012 – 2013
Coordenação	Criar um mecanismo para coordenar a política e as iniciativas relativas às piores formas de trabalho infantil.	2010 – 2013
	Zelar para que a Inspeção-Geral do Trabalho vise sectores onde é sabido que há crianças a trabalhar, incluindo o agrícola.	2009 – 2013
	Disponibilizar publicamente informações acerca dos sectores em que foram realizadas inspecções e impostas penalidades por transgressões relativas ao trabalho infantil.	2009 – 2013
	Criar mecanismos para identificar vítimas do tráfico de crianças e da exploração sexual comercial	2011 – 2013
Políticas do governo	Zelar para que o Plano Nacional de Acção para a Criança (2013-2019) disponha dos recursos necessários para a respectiva implementação.	2012 – 2013
	Tomar medidas para garantir que as crianças, particularmente as raparigas, tenham acesso à educação de qualidade e segurança nas escolas; incluindo também a aplicação de sanções penais dos professores que exigem sexo com alunos como condição para passarem de ano.	2010 – 2013
	Avaliar o impacto das atuais políticas de educação e outras sobre o trabalho infantil.	2010 – 2013
Programas sociais	Elaborar programas de protecção social que ajudem a criança que trabalha em sectores como a agricultura ou o serviço doméstico, e as vítimas de tráfico.	2010 – 2013
	Avaliar o impacto dos programas sociais sobre o trabalho infantil.	2010 – 2013
	Recolher dados sobre a prevalência de trabalho infantil em diversos sectores.	2013
	Desagregar os dados de denúncias comunicadas através da Linha Fala Criança– 116 relacionados com trabalho infantil.	2013